

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - RIO DE JANEIRO

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200645-5 / 2002

ECT/DR/RJ
CRESS-7ª REGIÃO



Estado viola direitos no Sistema Penitenciário

CONFERÊNCIAS

As Conferências Nacionais da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Saúde e das Cidades, realizadas em Brasília, mobilizaram assistentes sociais de todo Brasil

Os Direitos Humanos ainda são desrespeitados, principalmente, no Sistema Penitenciário. As entrevistas das páginas centrais revelam que o Estado é o maior infrator da Lei de Execução Penal. A assistente social Tânia Dahmer denuncia a corrupção e a impunidade como fatores determinantes da violação de direitos. A redução da idade penal, tema atualmente em evidência, não impedirá que a violência avance, e recebe críticas do conjunto CFESS/Cress. A aprovação dessa medida não reduzirá os índices criminais. Veja carta aberta do Conselho Federal de Serviço Social e editorial do Cress. Os assistentes sociais defendem que a violência se combate com direitos.

6 FINANÇAS

Diretoria apresenta plano de metas e orçamentário para 2004

8 VISIBILIDADE

Oficina de Comunicação produz debate de qualidade

3 GESTÃO

Conselho faz balanço do mês de comemorações

3 SAÚDE

Secretaria Estadual promove Seminário

EDITORIAL

A final de ano é um período de reflexões. É um momento em que muitas pessoas fazem um balanço da própria vida, das conquistas, das desilusões e traçam planos para o ano seguinte.

É fundamental que além de pensar a própria vida, se pense a vida sob o ponto de vista do coletivo. Por exemplo, com que tipo de projeto societário pretendemos contribuir.

O ano de 2004 anuncia momentos importantes para a sociedade brasileira e para a profissão. Teremos eleições municipais, aprovação de leis cruciais que garantirão, ou não, direitos humanos, tal como a da redução da idade penal.

Estamos assistindo a uma verdadeira manipulação da mídia para que se reduza a idade penal, mas nosso trabalho cotidiano nos mostra que essa medida não resolverá o problema da violência que assola a sociedade, muito pelo contrário, poderá agravar esse quadro ainda mais. Hoje, a maioria da população está a favor dessa medida, porém cabe a nós profissionais mostrar que punir e segregar os jovens só contribuirá para o aumento da exclusão social, enquanto temos a consciência que a solução está na melhora do sistema de proteção social. Lotar ainda mais o sistema penitenciário não ajuda a recuperar ninguém. O caminho está na garantia do acesso aos direitos. Precisamos ampliar esse debate e socializar essas informações, pois só assim estaremos contribuindo para a democracia em nosso país. Vale destacar que, além de todo esse enfrentamento, teremos uma intensa agenda de encontros da categoria, listadas na página 6 desta edição. Este cenário exige que nos posicionemos e que façamos escolhas.

Conforme expressam os princípios do Código de Ética Profissional, os assistentes sociais firmaram seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa ao consolidar um projeto ético-político que caminha em direção à defesa dos direitos humanos. Assim, o ano que se aproxima convoca a categoria a participar dos debates e a combater posições que pregam a criminalização da população empobrecida, perspectiva que se expressa, por exemplo, no Projeto de Lei 1756/03 que fere premissas importantes do Estatuto da Criança e do Adolescente e prioriza a adoção em detrimento da viabilização da permanência da criança na família de origem.

Desejando a todos um Ano realmente Novo, cheio de realizações qualitativas, que permitam uma vida maravilhosa, a gestão "A Gente é Tanta Gente Onde Quer Que A Gente Vá", se despede de 2003 citando o poeta e compositor Gonzaguinha: "Somos nós que fazemos a vida, como der, ou puder, ou quiser".

A Diretoria

INFORMES

FICHA CADASTRAL

Na última edição do Práxis informamos sobre uma ficha cadastral que seria encaminhada junto com o jornal. Por problemas gráficos, só agora a ficha para atualização de dados do profissional está sendo encaminhada. O assistente social que postar a ficha preenchida até dia 21 de fevereiro participará de um sorteio de dois conjuntos com três publicações do Cress-RJ, que será realizado no dia 11 de março, às 18h, no auditório do Cress.

VIA CRESS

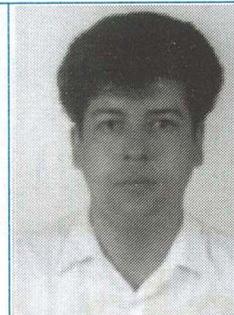
O boletim eletrônico semanal do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região é enviado toda a quarta-feira para a categoria. Mas o Cress tem recebido várias queixas de pessoas que afirmam não estar mais recebendo, embora não apresentem problemas com o recebimento de outros e-mails. As assessorias do Conselho na área de informática e o provedor de internet já foram mobilizados para resolver o problema, mas até o fechamento desta edição ainda não haviam sido identificadas possíveis causas localizadas no CRESS que estejam originando este fato. Por isso, o Conselho está enviando o Via Cress junto às mensagens das pessoas que, semanalmente, comunicam que não o receberam. Sem dúvida, é uma solução temporária, mas é a única forma de garantir que os assistentes sociais continuem recebendo.

† NOTA DE FALECIMENTO

É com pesar que o Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região comunica o

falecimento dos assistentes sociais Neide Aparecida Silva e Valdir de Paula da Silva respectivamente nos dias 2 de novembro e 28 de novembro de 2003.

Neide, que trabalhava no Degase, participou da gestão do Cress (1999 – 2001) e era uma companheira de muitas lutas da



Valdir de Paula da Silva



Neide Aparecida Silva

categoria. Valdir era funcionário do Instituto de Assistência aos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj) e membro da atual diretoria do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Ambos tiveram morte prematura por problemas de saúde aos 45 anos

A diretoria do Cress faz publicamente um pedido de desculpas à assistente social Maria Cristina Loureiro Cruz



Foto publicada na edição 21 do Praxis

Ficam reconhecidos como legítimos os argumentos colocados em carta enviada pela assistente social Cristina Loureiro ao Cress, explicitando seu desagrado face ao tratamento que lhe foi dispensado quando participou com dois trabalhos da exposição "Assistente Social Fazendo Arte", que fez parte das comemorações do mês de maio deste ano.

A diretoria explica que a reunião com as artistas expositoras, ocorrida ao final do mês de maio,

e a matéria referente a essa reunião (publicada na edição 21 do Práxis), não tiveram a intenção de excluí-la. Uma funcionária da entidade foi encarregada de enviar o convite a todas as autoras das obras e não foi detectado o que aconteceu nesse caso. A matéria no jornal foi apenas o resultado da cobertura do encontro de confraternização e do trabalho das artistas presentes. Por isso, o texto não destacou a participação de Cristina Loureiro na exposição. De qualquer forma, o certificado de participação foi preparado à época. A diretoria lamenta profundamente toda a seqüência de fatos que maculam a relação deste Conselho com a profissional.

Cristina Loureiro é formada pela ESS/UFRJ e atua como assistente social desde 1985. Trabalha atualmente com Serviço Social e Arte no Instituto de Psiquiatria da UFRJ. É artista plástica, formada pela EBA / UFRJ, com especialização em Pintura (1995). Participa de exposições coletivas e individuais.

Oficina

Quero registrar o meu contentamento com as reportagens que objetivaram maior visibilidade para a nossa profissão. Esta iniciativa foi muito válida e o resultado extremamente rico e deveria ser aproveitado por nós, para reflexão, e também pelo Cress, como subsídio para pensar outras iniciativas. Apesar de todo avanço que obtivemos no Serviço Social, precisamos ainda nos aproximarmos cada vez mais dos nossos usuários, de outros profissionais, como também refletirmos algumas posturas que colaboram para entendimentos equivocados acerca da nossa profissão. Infelizmente, não pude participar da oficina, pois estive fora da cidade neste dia. Quero parabenizar a todos os envolvidos pela estratégia adotada e espero que continue de alguma forma no próximo ano. Um abraço, Ana Ventura CENPES/Recursos Humanos

CARTAS



EXPEDIENTE PRÁXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - DEZEMBRO / 2003

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andreia Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo
Suplentes: Tânia Maria Dahmer Pereira

Comissão de Comunicação: Marcio Brotto e Hilda Oliveira.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de

Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento e Cristiane Valéria da Silva Barvelo

Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232) | Diagramação: Virgínia Aôr (MTB/RJ 18.588) | Ilustração: Carlos D | Impressão: Tipológica | Tiragem: 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br
www.cressrj.org.br

Diretoria presta homenagem às gestões anteriores

A diretoria fez um balanço positivo da programação intensa que movimentou o Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região, no mês de outubro. A categoria está acostumada com atividades comemorativas só durante o mês de maio, em que se comemora o dia do assistente social. A novidade agradou os profissionais que tiveram a oportunidade de participar de eventos como“. A produção do conhecimento em Serviço Social”, que foi um projeto lançado pelo Cress com o objetivo de possibilitar exposições e debates, que dêem visibilidade ao processo de construção do conhecimento em texto publicado por autores que tenham a sua formação em Serviço Social, além de socializar o processo de construção do conhecimento e aprofundar as referências teórico-metodológicas em suas práticas e incentivar a sua sistematização. O mini-curso “Ética, Direitos Humanos



e o Projeto Ético-Político do Serviço Social” foi realizado durante todo o mês, de forma descentralizada, com o objetivo de atender o maior número possível de assistentes sociais em todo o Estado do Rio de Janeiro.

A exposição de fotos dos 40 anos do Cress-RJ, que aconteceu no auditório da entidade também despertou curiosidade dos profissionais. No dia 23 foi realizado um evento voltado para a política de comunicação do Conselho com o lançamento da pági-

na da internet, que até o fechamento desta edição ainda estava em processo de construção, o lançamento de um cartaz produzido pelo Cress, um debate sobre o tema e a comemoração do Via Cress (Boletim eletrônico semanal) n.º 100. O encerramento da programação aconteceu no dia 30 com a homenagem da atual diretoria a todas as gestões que passaram pelo Cress-RJ.

O evento contou com a presença de muitos ex-diretores (todas as gestões foram representadas), que se emocionaram ao contar sua passagem pela entidade. A assistente social Maria Amélia Cunha Medeiros (foto), que integrou a primeira gestão do Cress (1963-1966), participou da homenagem e se mostrou feliz por ser lembrada. O assistente social José Magalhães Ribeiro que fez parte da segunda gestão do Cress, resgatou parte da história da entidade e relembrou que foi naquela gestão que foi comprada a sede do Conselho. Eles foram convidados a inaugurar placas, que estão expostas no Cress. A diretoria aproveitou para homenagear a equipe de funcionários, que contribuiu para o sucesso da organização da programação de outubro.

Inclusão social ganha destaque em Seminário de Saúde

Desafios do Serviço Social Face à Execução de Políticas Sociais em Tempos de Reforma do Estado Brasileiro”. Esse foi o tema do I Seminário de Serviço Social da Secretaria de Estado de Saúde (SES), que aconteceu nos dias 21 e 22 de outubro e reuniu cerca de 300 pessoas entre assistentes sociais, vários profissionais que atuam na área de saúde e integrantes do movimento social organizado e de ONGs.

De acordo com a assistente social Martha de Britto Souza Ferreira, assistente social responsável pelo Departamento de Serviço Social da Secretaria de Estado de Saúde e uma das organizadoras do evento, o Seminário teve como pano de fundo a questão da exclusão e, por isso, não se restringiu ao Serviço Social. Ela acredita que é preciso valorizar a interdisciplinaridade e uma das preocupações da comissão organizadora foi a de chamar, para participar do evento, representantes do movimento não governamental e de todos os segmentos da população usuária dos serviços prestados pelo assistente social.

Segundo Martha a preocupação com os usuários é crescente, já que a exclusão social é uma realidade no Brasil. Uma das propostas do Seminário foi a de apontar desafios para o Serviço Social dentro da área da Saúde e despertar o senso crítico dos profissionais

para a exclusão. A assistente social também destaca que a questão de etnia mereceu atenção e isso se refletiu em uma das mesas temáticas “Saúde da população negra. Debates sobre as políticas de atenção”. Foi levantada a questão da importância do item nos formulários da Saúde, que auxilia na elaboração de estatísticas para mostrar que essa população necessita de uma política voltada para especificidades de etnia.

A violência também mereceu destaque com uma mesa de debates que abordou o tema: “Os Desafios do Serviço Social na Construção de Políticas de Enfrentamento às Violências”. Martha explica que a violência é um dos pontos de maior preocupação do Serviço Social da Secretaria de Estado de Saúde e por isso se faz relevante a



Maria do Espírito Santo dos Santos (Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde), Paulo Roberto dos Santos (Superintendente de RH da SES), Adelino Souza (Superintendente de Serviços de Saúde), Martha Britto (Responsável pelo depto de SS da SES), Alcione Athayde (Subsecretária de Assistência à Saúde), Hilda de Oliveira (Presidente do Cress/RJ) e Neusa Moisés (Chefe de Gabinete da SES).

aproximação com a Secretaria de Ação Social e com as Delegacias Legais e Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher.

A plenária do Seminário apontou o desejo de realizar um trabalho mais humanizado na área da saúde e apresentou proposta de realização de uma Plenária em 2004 para que Estado e Município tenham ação integrada, de acordo com as normas do SUS. Também foi previsto um II Seminário, em 2005.

DELEGACIAS

Delegacia Seccional Sul-Fluminense

A diretoria está se programando para que o próximo ano seja ainda mais produtivo do que este. Alguns objetivos ainda não foram alcançados ou estão em fase embrionária, mas já renderam frutos. A rearticulação do Fórum Municipal de Assistência Social de Volta Redonda é um deles. A proposta é de um encontro mensal onde serão discutidas as questões pertinentes ao desenvolvimento das ações na área de assistência social pela sociedade civil, bem como questões afins que colaborem para o desenvolvimento de um trabalho articulado e comprometido com o projeto ético-político da categoria. Alguns encontros já aconteceram e a primeira reunião de 2004 está agendada para o dia 3 de fevereiro às 18 horas na sede da Cruz Vermelha em Volta Redonda, onde as entidades não governamentais e associações de moradores, assim como outros representantes da sociedade civil estarão presentes.

No dia 13 de novembro aconteceu a reunião com as assistentes sociais com representação em Conselhos de Políticas e de Direitos do município de Resende. A idéia inicial era conhecer a categoria que milita nos conselhos e por intermédio dela a situação atual do município, porém na reunião foi aprovado como encaminhamento realizar uma nova reunião com todas as assistentes sociais que atuam no município para fomentar as discussões sobre controle social. A diretoria pretende realizar estas reuniões de articulação com os demais municípios de nossa área de abrangência no decorrer de 2004.

A Delegacia do Sul Fluminense esteve presente na Conferência Estadual de Assistência Social e está avaliando e discutindo a participação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social da região.

A diretoria da Delegacia também esteve presente nas atividades desenvolvidas pela Unifoa, com destaque para as palestras que ocorreram nos dias 24 e 25 de novembro, que enfocaram áreas de atuação do assistente social como a Sociojurídica e da Saúde. Em dezembro ocorreu o encerramento dos encontros do Grupo de Estudo que se reúne quinzenalmente, com avaliação e preparação do novo cronograma de temas a serem discutidos. A diretoria deseja um natal e um ano novo de muita saúde, paz e união.

Colaboração da Diretoria da Comissão de Comunicação Delegacia Seccional Sul-Fluminense

Delegacia Seccional de Campos

A Delegacia Seccional de Campos abrange 21 municípios do norte e noroeste fluminense. Para possibilitar maior aproximação com a categoria nesses municípios e obter maior alcance dos eventos em nossa área de abrangência, foram criados os seguintes pólos: Campos, constituído pelos municípios de São Fidélis, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira; Macaé, formado por Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu; Itaperuna constituído por Porciúncula, Natividade, Varre-Sai, Laje do Muriaé, São José do Ubá, Cambuci, Itaocara, Aperibé, Miracema e Santo Antônio de Pádua; Bom Jesus do Itabapoana, por Italva.

Essa divisão se deu através do debate, nas visitas realizadas pela agente fiscal. Através delas, está sendo possível também fazer o levantamento dos assistentes sociais por município, com telefone e endereço atualizados, facilitando assim a comunicação, e estreitando os contatos. O curso de “Ética em Movimento” por exemplo, já está previsto para acontecer, nos quatro pólos, em 2004.

No dia 30 de outubro, os assistentes sociais de Bom Jesus do Itabapoana realizaram a abertura do núcleo da Delegacia Seccional de Campos, com a palestra da professora Isabel Lopes que teve como tema “O projeto ético-político-profissional e os desafios da prática”. Os assistentes sociais solicitaram à Delegacia: a realização do curso “Ética em Movimento” para o início de 2004 e que o município se constitua num pólo da Delegacia de Campos.

O Estado é o maior infrator da Lei de

Dia 10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Mas a violação de direitos ainda é uma realidade, principalmente dentro do sistema penitenciário, e um assunto muito difícil de ser abordado em uma sociedade que enfrenta o crescimento desenfreado da violência.

As entrevistas com o presidente do Conselho de Comunidade (único órgão da Lei de Execução Penal em que há participação de entidades da sociedade civil organizada, entre elas o Cress) Marcelo Freixo e a assistente social do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, Tânia Maria Dhamer Pereira, revelam que o maior infrator da Lei é o próprio Estado, que não garante o mínimo de condições para se assegurar os direitos dos presos.

Segundo Marcelo Freixo, que também é assessor parlamentar do Deputado federal Chico Alencar (PT) e pesquisador do Centro de Justiça Global, ONG de Direitos Humanos, o Brasil possui uma das mais avançadas Leis de Execução Penal, criada em 1984. Mas em sua avaliação o país é um dos que mais descumpre suas próprias leis. “Uma das ações mais avançadas do Estado seria apenas cumprir a Lei”.

Ele afirma que o próprio Estado organiza os presos dentro do sistema penitenciário, de acordo com a facção criminosa da área que o infrator reside e não conforme o grau de infração que cometeu. Com isso, além de alimentar a força dessas facções, fica explícito que a intenção não é a de recuperar ninguém, mas apenas manter uma política essencialmente punitiva e a da manutenção dessa ordem, ou seja, a do controle social.

O presidente do Conselho de Comunidade alerta que o Brasil nunca criou uma política voltada para o sistema penitenciário e diz que, muitas vezes, é a mídia que pauta as ações do governo. A cada denúncia da imprensa ou quando há notícias de rebelião ou fuga, medidas de urgência são implementadas. Ele acredita que o princi-

pal desafio da política pública é acabar com o “braço criminoso”, existente dentro do Estado. A corrupção é uma das principais responsáveis pela constante violação de direitos.

No início de dezembro, o programa de televisão “Fantástico”, da Rede Globo, mostrou imagens de presidiários falando em celulares com expressões sorridentes e vendendo drogas. Essas imagens provocaram indignação na sociedade e passaram a falsa impressão de que é bom estar na cadeia. Mas Marcelo enfatiza que a falta de políticas públicas é que provoca esse tipo de situação. As imagens foram feitas em Bangu, presídio de segurança máxima e que na opinião de Marcelo é hoje uma “prisão de ociosidade máxima”. São presos que, além da falta de trabalho, enfrentam todo o tipo de violação de direitos: superlotação, dificuldade de acesso à família e até mesmo falta de produtos básicos como papel higiênico e sabonete, entre tantos outros problemas. No presídio

Talavera Bruce, por exemplo, as presas não recebem absorventes há quatro meses. No entanto, isso não aparece.

“O Sistema Penitenciário reflete a sociedade que o produz”, argumenta. Ele

aponta o sistema penitenciário como um problema social, que deve merecer a atenção de todo cidadão. Aos olhos da sociedade fica ainda a imagem de que todo guarda é desonesto e corrupto e isso não é verdade, garante o presidente do Conselho de Comunidade, que faz visitas constantes aos presídios.

Desrespeito

Casos de tortura e maus-tratos acontecem de forma sistemática e permanente dentro do sistema penitenciário brasileiro, afirma Marcelo Freixo. O relator da ONU (Organização das Nações Unidas), Nigel

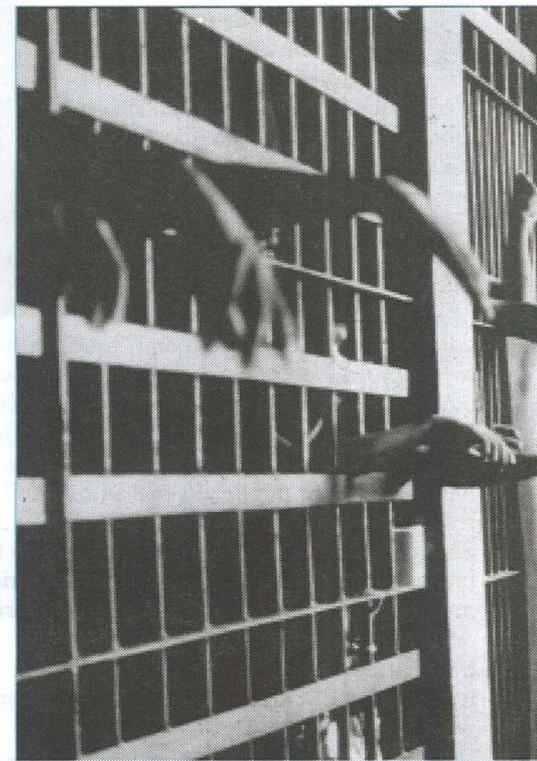
Rodley já havia constatado essa situação em 2000, quando esteve em visita ao Brasil.

Mas a violação de direitos não se restringe à tortura e maus-tratos e acontece antes mesmo dos detentos chegarem às penitenciárias, enfatiza o presidente do Conselho de Comunidade. O desrespeito aos direitos humanos já começa nas delegacias. Na Polinter, por exemplo, há espaço para comportar 300 presos e atualmente 1.200 pessoas formam a população carcerária. Marcelo explica que são gaiolas de ferro que podem receber até 14 presos e nesse local ficam 70 detentos amontoados em redes e sem espaço para esticar o corpo. Além disso, essas celas são subterrâneas e os presos só tem 40 minutos por dia para tomar banho de sol.

Na opinião de Marcelo, o presídio é uma etapa mais elaborada do modelo cruel de criminalização da pobreza. Ele conta que, em suas visitas ao sistema penitenciário, ouve dos presos que o presídio é a continuação da favela, pois só a população empobrecida é que vai presa, enquanto criminosos de alto escalão desviam verbas públicas na casa de milhões, acabam cumprindo pena em liberdade.

Atualmente, 88% da população são a favor da redução da idade penal, revela Marcelo, que é totalmente contrário a essa medida. Ele acredita que o governo e a sociedade estão privilegiando a pedagogia do medo em detrimento da pedagogia de direitos. Uma política não deve ser construída a partir de casos isolados. Ele admite que alguns casos de crimes hediondos devem merecer uma atenção e punição diferenciada, mas garante que menos de 4% dos homicídios são cometidos por menores de 18 anos.

A onda crescente de violência não será estancada com medidas simplistas como a redução da idade penal. Marcelo defende a aplicação das penas alternativas para que se implemente uma cultura de inclusão e de direitos. Ele revela que atualmente um preso custa para o Estado o mesmo valor que dez alunos na escola pública.



“O sistema penitenciário é muito caro para tornar os presos ainda piores”. Mas Marcelo não se ilude e sabe que formar uma cultura de direitos é uma luta pedagógica. Ele afirma que não há democracia e socialização da informação e que por isso as pessoas caem no equívoco de acreditar que reduzir a idade penal irá diminuir o número de crimes. “Uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais dificilmente poderá ser menos violenta”, ensina.

Como medida para reduzir os problemas de violação de direitos é necessário que as Corregedorias, acompanhadas das Ouvidorias, possam fazer um trabalho de identificação dos maus agentes penitenciários e promover capacitação para esses funcionários. Para isso, é preciso haver vontade política, mas é possível, garante Marcelo.

Corrupção e impunidade

Tânia Dahmer concorda com o presidente do Conselho de Comunidade ao

GARTA ABERTA



O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, vem a público manifestar seu posicionamento contrário à proposta de Redução da Idade Penal, pelos motivos a seguir:

A idéia de segregar e punir jovens infratores vem ganhando força de forma assustadora na opinião pública. De forma equivocada, há uma crença que a questão precisa ser tratada na esfera policial e não no âmbito da garantia de direitos. Acreditar que essa saída pode diminuir a escalada da violência é uma atitude simplista. Ao defender a redução da idade penal, uma parte importante da sociedade opta por substituir a humanização pela criminalização das relações sociais.

Punir e segregar jovens não impedirá que a violência avance e se reproduza. Nessa matemática incoerente, a subtração só faz crescer a conta final da violência. Estudos indicam que o desenvolvimento psicológico, cultural e mental acontece até os 18 anos. Ao prender e punir adolescentes estamos apenas comprometendo seu desenvolvimento e contribuindo para acirrar a sua exclusão social, sem impedir o avanço da violência, que não tem ocorrido apenas entre jovens, mas em toda a sociedade.

A verdade é que a violência está diretamente ligada à desigualdade e exclusão social. Não resta dúvidas que a solução para o problema está na melhoria do sistema de proteção social, no fortalecimento das políticas sociais, no respeito aos jovens como cidadãos portadores

de direitos. Esse caminho pode ser mais complexo e menos imediatista, porque vai até às raízes no combate à violência. No entanto, representa a possibilidade de efetivarmos o compromisso com um outro mundo, que, além de absolutamente necessário, é humanamente possível, já que cabe a nós construirmos a sociedade que desejamos.

Essa defesa não significa que não somos favoráveis à responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Ao contrário, entendemos que a responsabilização deve ser efetivada dentro dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente na aplicação das medidas sócio-educativas. Ou seja, serão responsabilizados, mas tendo direito a ampla defesa e, em sendo considerados culpados, deverão cumprir as medidas

estabelecidas pelo juiz em entidade que respeite sua condição de cidadão em desenvolvimento, que precisa ser respeitado, acolhido, valorizado.

Nosso temor é que a aprovação da redução da idade penal promova problemas que demandarão anos para serem completamente revertidos. É preciso não perder de vista que os países que apresentam soluções radicais para a punição de crianças e adolescentes, como a pena de morte, não conseguiram reduzir e conter seus índices de violência. Entendemos que a melhor maneira de reduzir a violência é garantir direitos. Por isso os assistentes sociais brasileiros se colocam contrários à redução da idade penal, acreditando que violência gera violência. Nossa compreensão é que violência se combate com direitos.

Execução Penal

10 DE DEZEMBRO
DIA INTERNACIONAL
DOS DIREITOS
HUMANOS

informação é levada a acreditar que o preso é um lixo e um vagabundo e ninguém quer perder tempo com isso. Ela diz que quanto mais se acirra a violência na sociedade, mais se acha que os presos devem ficar isolados e sem direitos. Mas esse problema deveria ser de interesse de todos, pois a violência poderia ser reduzida se tivéssemos cadeias que pudessem recuperar os indivíduos, acredita Tânia.

Trabalho de risco

“O trabalho dentro da prisão é de emergência e risco e não há incentivos para capacitação, planos de cargos e salários, uma política séria para avaliar condições de trabalho e nem política de assistência à saúde do trabalhador”, avalia Tânia. A mão de obra não é qualificada e os funcionários são mal remunerados, o que favorece a continuidade da corrupção.

Além disso, a violação de direitos acontece com os presos, mas também com os funcionários do sistema penitenciário. Os ratos que passeiam nas pernas dos presos, por exemplo, são os mesmos que passeiam pelas pernas dos funcionários. Ela reafirma o que diz Marcelo sobre a falta de uma política penitenciária. “Há apenas ações pontuais”. Oficinas são abertas na tentativa e acabar com a ociosidade, mas logo fecham. Na área de educação, há um convênio com cursos supletivos, mas só oito penitenciárias usufruem dessa medida.

A assistente social reitera a denúncia de Marcelo ao afirmar que o critério de separação nas prisões é o das facções criminosas. Ao consagrar as facções, o Estado deixa de separar os presos de acordo com seus delitos e isso por si só já é uma violação de direitos.

Tânia Dahmer, assim como o presidente do Conselho de Comunidade, também é contra a redução da idade penal, por acreditar que isso não é solução para abaixar as taxas de criminalidade. Nos Estados Unidos, segundo Tânia, há pesquisas que comprovam que penas de morte e redução da idade penal não diminuem os índices de crime. A pergunta central que toda a sociedade deveria fazer é “Por que o tráfico se instala com facilidade nas comunidades carentes, recrutando cada vez mais nossos jovens?”. É preciso mostrar que o crime, além de não possibilitar a ascensão social, é um instrumento que acirra o conservadorismo.

No sistema penitenciário é preciso conhecer os direitos dos presos de acesso a correspondências, relação com o mundo exterior e vida íntima. O profissional de Serviço Social é um mediador e sua posição deve ser sempre a de questionar os acessos previstos em lei. Os Direitos Humanos só serão respeitados quando toda a sociedade tomar ciência de que essa é uma discussão importante e que deveria ser do interesse de todos.

Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos

Entre os dias 4 e 7 de novembro, ficou lotado o auditório Pedro Calmon, do Fórum da Ciência e da Cultura da UFRJ, na Praia Vermelha, onde aconteceu o Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos realizado pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (UFRJ), e com o apoio do conjunto CFESS/Cress, Abepss, Capes e da própria universidade.

A abertura do evento contou com a presença de representantes da UFRJ, Abepss, Enesso, CFESS, Cress e das professoras Suely Souza de Almeida (CFCH/UFRJ) e Cecília Coimbra (UFF) para debater o tema “Ética e Direitos Humanos”. À tarde o tema abordado foi “Ética e Globalização”, com os palestrantes José Maria Gomez, Francisco José Soares Teixeira e Nobuco Kameyama.

José Maria (UFRJ) destacou o antagonismo entre ética e império presente na guerra contra o terrorismo. Ele classificou a guerra dos EUA contra o Iraque de “ilegal” por violentar a liberdade democrática e os direitos humanos, “imoral” pela quantidade de mentiras e hipocrisias que tentaram justificar essa guerra e “ineficaz” por revelar as brechas do imperialismo. O professor afirmou que essa guerra colocou em crise alianças com outros países provocando no campo diplomático enormes estragos, além de incentivar ainda mais o terrorismo.

Segundo Francisco José (UECE) o interesse pela ética surge exatamente em um contexto marcado pelo desemprego, pela incapacidade de se fazer políticas públicas de qualidade, pela internacionalização da economia e o endividamento do Estado. Em sua opinião, a humanidade atingiu o ápice da insegurança, medo, comodismo e concorrência desenfreada. A partir daí começou a refletir sobre o verdadeiro sentido da vida.

A professora Nobuco (UFRJ) destacou que é contraditório falar de ética e empresas, já que a exploração do homem pelo homem já “é por si só algo conflitante com a ética. A mesa-redonda teve como debatedor o professor Sérgio Lessa (UFAL) que provocou a mesa levantando questões importantes para esclarecimento dos temas e promovendo um debate de excelente qualidade.

Sociedade desigual

No dia seguinte foram convidados o professor Nelson Coutinho (UFRJ) e o professor Helder Boska Sarmiento ((UFPA) para participar da mesa-redonda “Dimensões da ética”. Nelson Coutinho enfatizou a ética e a política enquanto Helder Sarmiento analisou a bioética. À tarde, aconteceu a conferência do professor Manfredo Araújo de Oliveira (UECE) sobre “Ética e sociabilidade”. Destacando que a ética cria um tipo de sociabilidade, o professor mostrou que ambas são sinônimas, já que a ética é uma forma racional de construir o mundo. Manfredo ressalta a importância da linguagem, que media as relações humanas. Para ele ser racional é ter argumentos, acolher argumentos e combater argumentos. “A verdade tem a ver com a capacidade de argumentos de cada um”. Cada um tem direito a ter as convicções que quiser. Mas a convivência se dá através dos princípios éticos. Ele alertou que a sociedade brasilei-

ra é uma das mais desiguais do mundo e que também é uma sociedade sem ética e imoral, pois as pessoas acreditam que as desigualdades são normais.

No dia 6 de novembro, os temas foram voltados para o Serviço Social e o projeto ético-político da categoria. A professora Teresa Matus (PUC/Chile) mostrou a necessária relação entre o caráter universal da ética e as suas particularidades, de acordo com o contexto sócio-histórico estudado. Já a professora Lúcia Barroco (PUC/SP) fez um balanço da ética profissional da última década em função do aniversário de dez anos do Código de Ética vigente. O professor José Paulo Netto (UFRJ) sinalizou que o Código de Ética faz parte do projeto de “intenção de ruptura”, que atualmente se denomina projeto ético-político. Ele também ressaltou que toda a produção crítica da categoria se estabelece na ruptura com o conservadorismo, chamando a atenção para não se cair no equívoco de sobrepor política à ética.

À tarde, a mesa-redonda sobre o projeto ético-político contou com as professoras Alexandra Mustafá (UFPE), Elaine Behring (Uerj) e Marlise Vinagre (UFRJ). Elaine avaliou que o projeto da categoria se renova com a dimensão ética e política. “É um projeto em movimento e o seu principal desafio é traduzi-lo em um projeto de trabalho concreto e cotidiano”. Ela esclareceu que uma das tensões que o projeto enfrenta é remar contra a política neoliberal e suas conseqüências. Ela acredita que estimular os usuários a participarem desse processo de transformação, que objetiva um novo projeto societário pode ser uma boa proposta para o trabalho dos assistentes sociais.

Marlise Vinagre destacou três eixos para falar do projeto ético-político. O primeiro em que fez considerações gerais sobre o projeto, o debate ético e a defesa dos direitos humanos. O segundo que tratou das ações do CFESS (Marlise é da atual gestão do Conselho Federal de Serviço Social) na divulgação do projeto e o terceiro eixo que estimulou a se pensar desafios na reafirmação do projeto ético-político.

O último dia do seminário foi reservado para tratar de “Ética e governo”. César Benjamin (editora Contraponto) fez uma fala emocionada e triste ao relatar os rumos que o atual governo do PT está tomando e ao perceber que há uma crise no projeto de esquerda. O evento foi encerrado com a participação da deputada Federal, Luciana Genro, do jornalista Milton Temer e do professor Roberto Leher (UFRJ), como debatedor. Temer ressaltou que o conceito de ética só se dá em uma sociedade onde não há exploração. “É difícil conciliar ética com capitalismo”. Luciana fez questão de explicar que a palavra “radical” tem um sentido ético na atual conjuntura, pois fica claro que é de um político ligado às raízes. Ela lembrou a campanha do PT sobre “ética na política” e afirmou que a ética tem uma relação estreita com a coerência, principalmente na política, já que as pessoas votam de acordo com as propostas que cada político e seu respectivo partido apresentam. Luciana terminou avaliando que a expulsão é o reconhecimento de que a política os expulsos é baseada na ética.

violência poderia ser reduzida se tivéssemos cadeias que pudessem recuperar os presos”.

Tânia Dahmer

confirmar que o Estado é o principal infrator da lei e que não se responsabiliza em implementá-la. Os agentes do Estado não cumprem a lei e o grande instrumento de violação de direitos é a corrupção e a impunidade, afirma a assistente social. Quem dá dinheiro não denuncia para manter os privilégios obtidos e a impunidade ganha cada vez mais espaço.

A corrupção é ainda mais perversa, segundo Tânia, pois onde há corrupção há também ameaças e riscos de vida. “Não há segurança quando há corrupção”, diz. Quem tem dinheiro compra os direitos que deveriam ser de todos. No sistema penitenciário, relata Tânia, há até códigos para designar privilégios obtidos através da corrupção de agentes penitenciários como “especial”. Ela explica que todo preso tem direito à visita familiar, mas o sistema é feito para que o preso precise liberar dinheiro para ter uma visita “especial”, senão, corre o risco de não conseguir ver a família. A lei garante, por exemplo, que o preso tem direito a ocupar seis metros quadrados na cela, mas o Estado não garante isso e para ter um pouco mais de espaço é preciso corromper.

De acordo com a assistente social, no sistema penitenciário, há uma total falta de transparência por parte do Estado e falta de interesse por parte da sociedade, que por

Diretoria apresenta os planos de ação e orçamentário para 2004

A atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região destaca que o plano de metas para 2004 é construído a partir de reuniões realizadas com as comissões regimentais e temáticas, equipe administrativa e assessorias. Além disso, as ações a serem implementadas se baseiam nas deliberações do último Encontro Nacional CFESS/Cress realizado, em Salvador. É importante ressaltar que a conjuntura política e econômica do país incide diretamente sobre as ações futuras do Cress.

A direção do Conselho previa que com o governo Lula haveria perspectivas para o debate em torno de políticas públicas, de combate à fome e à miséria, da reforma agrária, da redistribuição de renda e do fortalecimento das organizações populares, entre outros temas. Mas, embora a análise de conjuntura seja um exercício constante, já se pode constatar que a maioria das medidas governamentais vem sendo orientadas e/ou limitadas pelas receitas da economia neoliberal. Como exemplo disso, os investimentos em políticas públicas universais já não são mais prioridade do atual governo. Além disso, iniciativas de cunho social são desenvolvidas com caráter assistencialista, sem retomar o conceito de seguridade social da Constituição Federal de 1988.

Há uma necessidade de fortalecimento e disputa cotidiana do projeto ético-político profissional, não só no âmbito da categoria, mas de toda a sociedade. Esse quadro exige que entidades como o Cress sejam cada vez mais ágeis, fortalecidas políticas e eticamente, com capacidade de articulação com os movimentos sociais e com o Parlamento e invistam na qualificação e capacitação do profissional a fim de que o assistente social possa tomar consciência no importante papel que terá na disputa de rumos do governo e no cotidiano da população brasileira.

O Serviço Social tem como um de seus principais desafios defender e construir um novo projeto societário. Para isso, ao Cress, fica a tarefa de contribuir com iniciativas que apontem para uma reação ao atual quadro conjuntural. As ações previstas pelo Conselho para 2004 se voltam para esse propósito. As políticas de fiscalização, orientação e capacitação da cate-

Proposta Orçamentária para o Exercício de 2004				
Receita Total R\$ 1.000.000,00				Em R\$ 1,00
Receita de Contribuições	Anuidades do exercício	64,7%	646.800	844.000
	Anuidades de exercícios anteriores	19,7%	197.200	
Receita Patrimonial	Juros s/disponibilidade aplicada	1,0%	10.000	
Receita de Serviços	Rendas c/inscrição, carteiras, certidões e outras	5,4%	54.000	
	Multas e outras	5,7%	57.000	
Outras Receitas Correntes	Divida Ativa	3,5%	35.000	92.000
	Total	100,0%	1.000.000	1.000.000
Despesa Total R\$ 1.000.000,00				
DESPESAS DE CUSTEIO				
Pessoal	Salários e encargos	49,1%	491.000	
Material de Consumo	Consumo, higiene e outros	3,2%	32.000	
Serviços de Terceiros e Encargos	Serviços de terceiros, aluguel, comunicação em geral, luz, vale-transporte e refeição dos funcionários, despesas bancárias, diárias, passagens, eventos, jornal, etc.	37,0%	370.000	
	Transferências Correntes	PIS s/folha de pagamento	0,4%	4.000
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	Equipamentos e material permanente	2,9%	29.000	
Transferência de Capital	CFESS	7,4%	74.000	103.000
Total	Total	100,0%	1.000.000	1.000.000

goria ocuparão lugar de destaque no plano de metas. Serão realizadas visitas aos locais de trabalho dos assistentes sociais de todo o Estado do Rio de Janeiro e para isso haverá contratação de mais um agente fiscal. Haverá descentralização do projeto "Ética em Movimento", acompanhado da ação de assistentes sociais conselheiros de direitos e de políticas, eventos temáticos e de reflexão sobre os artigos 4º e 5º da profissão, debate democrático com a finalidade de elaborar projetos de lei que defendam o exercício profissional e ampliem os direitos da população. Outra ação prevista, que exigirá uma parceria com outros segmentos da sociedade, é o desenvolvimento de campanhas nacionais de comba-

te ao racismo "O Serviço Social mudando os rumos da história" e de defesa de "Terra, Trabalho e Seguridade Social". A proposta é fortalecer os compromissos ético-políticos da categoria em toda a sociedade.

A política de comunicação continuará tendo o investimento do Conselho para garantir a visibilidade do Serviço Social. Na área da formação, estão previstas a publicação das revistas "Em foco" e a aliança com unidades de ensino para organizar cursos de especialização e aproximar prática e ensino. Como resultado dessa lista de metas, há expectativa de que se fortaleça as comissões temáticas do Cress e que se concretize a nucleação de assistentes sociais em todo o Estado, que visa difundir os com-

promissos do conjunto CFESS/Cress e o projeto ético-político da categoria.

Orçamento

A diretoria também apresenta o plano orçamentário para a categoria com o objetivo de prestar contas da receita e das despesas do Cress, pois essa gestão assumiu o compromisso de gerenciar, com responsabilidade e transparência as contas da entidade. Vale lembrar que o Conselho Federal de Serviço Social estabelece portaria e atos normativos, respaldados em legislação federal, onde são definidos ações dos conselhos, sujeitos a fiscalização e aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). Mas outras legislações também regulam as ações do Cress, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e leis que definem compras e licitações por órgão públicos e autarquias. É necessário destacar que a maior parte de recursos da entidade é proveniente do pagamento da anuidade feito pelos profissionais. Por isso, estar em dia com o Cress é respaldar financeiramente a entidade para que sejam cumpridos os compromissos com a categoria.

Anuidade de 2004

A anuidade para 2004 no Rio de Janeiro foi aprovada em assembléia, que é a instância máxima de decisão do Conselho e aberta aos profissionais, realizada no dia 23 de outubro de 2003. Tiveram direito ao voto os assistentes sociais em dia com o Cress. O valor da anuidade será de R\$194,55 (reajuste de 15% sobre o valor anterior), que pode ser parcelado em até seis vezes. O vencimento da cota única é dia 7 de maio. Mas quem se interessar pode aproveitar os descontos. O Conselho oferece um desconto de 15% para quem pagar até dia 6 de fevereiro (R\$165,37), 10% para quem pagar até dia 5 de março (R\$175,10) e 5% para quem pagar até dia 7 de abril (R\$184,83). O pagamento parcelado em seis vezes fica em R\$32,42.

Os valores aprovados pelo Encontro Nacional dos Assistentes Sociais variavam de R\$169,00 a R\$230,00. A cobrança é compartilhada: 20% da anuidade é repassada de imediato ao CFESS.

Atenção

O registro no Conselho é obrigatório para o exercício profissional. Se você não exerce ou nunca exerceu a profissão, solicite o cancelamento do registro. A manutenção da inscrição gera obrigação do pagamento. Para sua garantia, guarde os comprovantes, pois a anuidade deve ser anotada na carteira. Não esqueça que estar regularizado junto ao Cress significa exercer legalmente a profissão.

AGENDA DE 2004

- ✓ 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – outubro – Fortaleza/CE
- ✓ III Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade – outubro – Fortaleza/CE
- ✓ Encontro Nacional Serviço Social no Campo Sociojurídico – setembro – Curitiba/PR
- ✓ Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress – setembro – Curitiba/PR

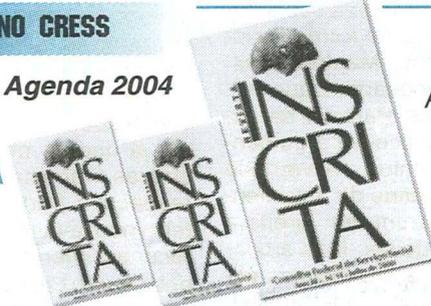
No Rio de Janeiro

- Abril** – Lançamento estadual da Campanha de Combate ao Racismo.
- Mai** – Evento do Cress em comemoração pelo Dia do Assistente Social, no dia 14; – Encontro Estadual Serviço Social na Educação.
- Junho** – Encontro Estadual Serviço Social no Campo Sociojurídico.
- Julho** – Seminário Nacional da Campanha de Combate ao Racismo: Serviço Social mudando os rumos da história: pela implementação do programa de Durban, dias 1 e 2, na UERJ.
- Agosto** – Encontro Estadual preparatório ao 11º CBAS.

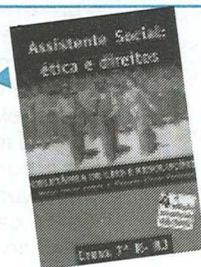
PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS

Já à venda a **Agenda 2004**

Revista Inscrita
R\$ 10,00,
2 por R\$ 15,00
e 3 por R\$ 25,00



Assistente Social - Ética e direitos, 4ª edição R\$ 13,00



O Serviço Social em Hospitais R\$ 3,00.



Em Foco: serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social R\$ 10,00

Conferências movimentam assistentes sociais em todo o país

Os assistentes sociais, em todo o Brasil, têm privilegiado a participação nas Conferências e Conselhos de Direitos, nas esferas municipais e estaduais. Por isso, suas entidades representativas como o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais têm ampliado sua participação nesses espaços.

Cidades

A Conferência Nacional das Cidades, que aconteceu no final de outubro, em Brasília, teve como principal meta debater, de forma integrada, as políticas urbanas de transporte, saneamento ambiental, habitação e desenvolvimento urbano. Segundo a assistente social Tatiana Dahmer, uma das organizadoras do evento, essa foi a I Conferência das Cidades realizada com a participação efetiva da população, já que antes (oficialmente é a V Conferência) era feita em uma esfera mais técnica e jurídica. Esse ano, de acordo com Tatiana, cerca de quatro mil municípios e regiões (conglomerados urbanos) estiveram envolvidos na realização dessas conferências. Houve participação de 27 estados. A assistente social revela ainda que foram aproximadamente três mil delegados organizados por seis segmentos participativos que são: poder público, trabalhadores, ONGs em entidades de classe e universidades, movimento social organizado, empresários e concessionárias de serviços urbanos.

Tatiana Dahmer contou que o Conselho Nacional das Cidades ainda não pôde ser instalado, pois depende de lei ou decreto, mas garantiu que durante a Conferência foi definido todo o desenho dessa nova entidade, inclusive com as indicações de quem irá ocupá-la. Ela destacou ainda que, no Estado do Rio de Janeiro, já há uma articulação no sentido de implantar o Conselho Estadual das Cidades. Estão à frente dessa iniciativa, entidades como a Associação Brasileira de ONGs (Abong), a Fase, sindicatos dos arquitetos e dos engenheiros, o Movimento Nacional de Luta pelas Moradias e as Federações de Associações de Moradores de Nova Iguaçu, Belford Roxo e Estado do Rio de Janeiro.

Em 1950 somente 20% da população vivia em cidades. Atualmente é de 81%. Esse crescimento, afirma Tatiana, aconteceu sem nenhum planejamento e na lógica da segregação. A assistente social ressalta que uma das principais deliberações da Conferência, é garantir cidades planejadas no sentido de gestão e reforma urbana, para assegurar maior inclusão social. Para isso, é necessária a implantação dos conselhos estaduais e municipais que possam garantir a descentralização das políticas urbanas.

O presidente Lula esteve na Conferência Nacional das Cidades e assegurou fundo público para a construção de moradias populares. Ele também defendeu o caráter público das políticas de saneamento ambiental, que, atualmente, são as que mais sofrem risco de privatização.



Delegação do Rio de Janeiro na Conferência Nacional de Assistência Social

Criança e Adolescente

A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aconteceu entre os dias 1 e 5 de dezembro, no Colégio Militar de Brasília, com a presença do presidente Lula, o presidente da Câmara José Paulo Cunha, nove ministros, delegados e convidados. Vale destacar que foram cerca de 150 delegados adolescentes.

O tema central foi "Pacto pela Paz. Uma Construção Possível". De acordo com a assistente social e conselheira do CFESS, Elisabete Borgiani, foram discutidas diretrizes políticas que emanaram da conferência anterior, seguindo os nove eixos do Pacto pela Paz, que são: saúde; educação; assistência social; cultura, esporte e lazer; proteção especial (trabalho infantil); medidas sócioeducativas; Conselho de Direitos, tutelares e fundos; mecanismos de exigibilidade de direitos e meios de comunicação.

Elisabete relatou que foi feita uma reavaliação do Pacto e o balanço foi positivo. O debate sobre a redução da idade penal ganhou destaque. A assistente social contou que todos os profissionais de Serviço Social presente na Conferência usaram adesivos "assistentes sociais na luta contra o rebaixamento penal", feitos pelo CFESS, que também produziu cartazes com o mesmo tema.

Elisabete lembrou que é difícil, mas não impossível, passar a redução da idade penal, pois isso implicaria em mudar a Constituição. Mas ela alerta que projetos de lei, que tentam aumentar a pena de crianças e adolescentes infratores de três para dez anos podem jogar por terra direitos conquistados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela cita uma parte do discurso da professora de Direito da PUC/SP, Flávia Piovesan, que mostrou que esses projetos "são uma farsa oblíqua de rebaixamento da idade penal". Diante das pressões da sociedade, o presidente da Câmara montou um grupo de trabalho (GT) para analisar todos os projetos de lei que tem a finalidade de fazer alterações no ECA. Elisabete contou, com orgulho, que os deputados podem indicar pessoas ou entidades para debater o tema e a deputada Maria do Rosário (PT) indicou o CFESS para defender o ECA e a não redução da idade penal, do ponto de vista social, cultural e de relações sociais. Vale lembrar que essa audiência está prevista para março de 2004.

Entre as principais propostas da Conferência está a continuidade da efetivação do Pacto pela Paz de discussão de medidas sócio-educativas com o viés dos direitos da criança e do adolescente. Um dos destaques da V Conferência, na opinião da assistente social, foi a fala da adolescente Luana, representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que impressionou o presidente da República. Com isso, ele reafirmou a necessidade de diminuir as desigualdades sociais. As palestras de Emir Sader e Márcio Pochman também foram relevantes no evento e, segundo a conselheira do CFESS, podem ser encontradas, na íntegra, no site da entidade.

Saúde

A 12ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada entre os dias 7 e 11 de dezembro, em Brasília e contou com a presença do vice-presidente, de vários ministros e parlamentares. De acordo com a assistente social e conselheira do CFESS, Neymi Batista da Silva, foram cerca de três mil delegados, além de convidados. A Conferência começou no mesmo dia do encerramento do seminário internacional Alma-Ata, que foi um evento integrado a Conferência.

Neymi relatou que durante o evento, que teve como tema principal "Saúde: um direito de todos e um dever do Estado. A saúde que temos - O SUS que queremos", foram comemorados os 15 anos de SUS (Sistema Único de Saúde) como referência de política de saúde pública.

Um dos temas polêmicos, por exemplo, foi em relação a criação do Ministério da Seguridade Social, defendido pelo Conjunto CFESS/Cress. Ficou estabelecido que as discussões devem avançar nesse sentido, mas que o momento não é propício para a construção desse ministério, que englobaria o da Previdência, Assistência Social e Saúde. Outro ponto polêmico foi sobre o Projeto de Lei 025/2002 (Ato médico). Foram encaminhadas várias propostas contra esse projeto. Também houve um debate intenso com relação à proposta polêmica de excluir os Conselhos profissionais dos Conselhos de Direitos e Controle Social. Neymi relatou que essa proposta foi suprimida, mas é provável que todo o conjunto CFESS/ Cress precise assumir esse debate. Ela apresentou um documento do CFESS na defesa da representação dos trabalhadores.

A conselheira do CFESS faz questão de ressaltar o caráter democrático na presente em todas as Conferências Nacionais. Ela destacou a homenagem a Sergio Arouca, feita na abertura do evento, e o compromisso do governo federal, no encerramento, na luta pela defesa da saúde pública.

Assistência

Duas diretoras do Cress-RJ, Hilda Correa de Oliveira e Fátima Valéria Souza, compuseram o grupo de 64 delegados do Estado do Rio de Janeiro presentes na IV Conferência Nacional de Assistência Social, entre os dias 7 e 10 de dezembro. Nesta delegação estavam também vários membros do Fórum Estadual de Assistência Social, que há quase dez anos aglutina representantes da sociedade civil na defesa e na implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e que durante todo este tempo conta com a presença do Cress, que inclusive sedia seus encontros. Como em anos anteriores, o Fórum realizou a pré-conferência, de âmbito estadual, discutiu os eixos propostos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e apresentou um documento de deliberações como contribuição à Conferência do Rio de Janeiro. A Conferência Nacional comemorou os dez anos da Loas fechando a seqüência das Conferências Municipais e Estaduais. Participaram 956 pessoas entre delegados governamentais e da sociedade civil e convidados.

Na abertura, estavam presentes o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, representando o presidente Lula, a ministra da Assistência Social Benedita da Silva e a assistente social Valdete de Barros, de Mato Grosso do Sul (ex-presidente do CFESS), que hoje preside o CNAS, no esforço de manter a luta pela implementação da Loas e pelo acesso a direitos. Ainda na mesa de abertura, emocionou a todos a manifestação da menina Luana, que também participou da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na Conferência magna, a professora Aldaíza Sposati fez, de forma magistral, uma retrospectiva histórica da assistência no Brasil, destacando importantes momentos pré e pós Loas. Ela comparou a Loas a uma "menina de 10 anos", rejeitada por alguns, mas embalada como uma nova agenda para a cidadania por muitos outros.

Nos quatro painéis que trataram dos eixos concepção, gestão, financiamento e controle social foram apresentados os dados da pesquisa de avaliação dos 10 anos de implementação da Loas, desenvolvida pela professora Ivanete Boschetti, trazendo elementos que somados às abordagens dos expositores, enriqueceram os debates que se seguiram e se desenvolveram nos 28 grupos de discussão de propostas. A dinâmica dos trabalhos selecionou cerca de 40 deliberações, ficando priorizadas cinco por cada eixo: gestão, concepção, financiamento e controle social. Foi ponto central de defesa, a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. As deliberações em sua totalidade vão estar disponíveis nos sites do CNAS e do conjunto CFESS / Cress. No Congresso Nacional ocorreu uma seção solene pela passagem dos 10 anos de LOAS, com apresentação de um manifesto em defesa da política pública de Assistência e de direitos universais. A plenária estava lotada e contou com a presença de parlamentares.

Oficina de Comunicação produz debate de qualidade

Durante o ano de 2003 o jornal Práxis publicou uma série de reportagens sobre visibilidade, com o objetivo de saber como outros segmentos da sociedade percebiam o Serviço Social. Foram cinco matérias feitas com jornalistas, profissionais da área sociojurídica, da área de saúde, representantes de movimentos sociais organizados e usuários do Serviço Social, que revelaram que ainda há muito desconhecimento sobre essa profissão.

A diretoria do Cress sabia que a série podia gerar grande repercussão junto a categoria tanto positiva quanto negativa. Mas optou por enfrentar o desafio, pois uma das funções do Conselho é a de esclarecer à sociedade sobre as atribuições, posições ético-políticas e quaisquer outros aspectos da profissão. Para isso, é preciso constatar e enfrentar o desconhecimento da população para que se possa traçar estratégias para dar mais visibilidade ao Serviço Social. As reportagens foram alvo de críticas e elogios. Enquanto alguns assistentes sociais questionavam sobre a realização dessa série, outros já se direcionavam diretamente à página em que estavam as entrevistas para utilizar o conteúdo em debates em seus locais de trabalho.

Avaliação

Para encerrar e ao mesmo tempo avaliar a série de reportagens, a diretoria do Cress, através da Comissão de Comunicação, organizou uma Oficina de Comunicação no dia 18 de novembro, em que a participação da categoria não foi grande, contrariando as expectativas da diretoria. Mas os assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social que compareceram chegaram com muita disposição e interesse pelo debate, o que resultou em um evento de qualidade.

Participaram da oficina quatro assistentes sociais da base: Isabela V. Meireles e Márcia Andréa Carneiro de Souza do Hospital Estadual Rocha Faria; Kátia Maria G. Oliveira, do Seap/Sups/Vicente Piragiba e Lizete Francisca Gonçalves, da policlínica Piquet Carneiro. A assistente social e professora da UFRJ, Yolanda Guerra, participou da oficina e levou cinco alunas da Escola de Serviço Social, que apresentaram dois trabalhos ligados ao tema de visibilid...

Tatagiba Barbosa, Jacqueline S. Fernandes, Aline Lança, Adriana Viriato Dias e Renata Tavares Pinto. Também contribuíram para a realização da oficina a presidente do Cress/RJ, Hilda Correa Oliveira, o diretor Márcio Eduardo Brotto, a agente fiscal Ângela Lima, o assessor político Jefferson Lee de Souza Ruiz e a assessora de imprensa Cecília Contente.

Abertura

Hilda abriu a oficina falando da importância da política de comunicação no conjunto CFESS/Cress e das iniciativas que o Conselho tem tomado no sentido de garantir maior visibilidade para o Serviço Social. Ela também destacou os objetivos da oficina de trabalhar o material produzido para análise e debate, com o propósito de traçar estratégias para que a sociedade possa compreender melhor o trabalho do assistente social.

Yolanda Guerra avaliou que a polêmica gera a construção e parabenizou o Cress pela iniciativa. Ela informou que a série "visibilidade" despertou o interesse para o assunto e que as estudantes foram estimuladas a produzi...

zarem um trabalho sobre o tema com um recorte de classe. Sete grupos apresentaram trabalhos, segundo Yolanda. Mas apenas dois grupos fizeram apresentação durante a oficina de comunicação. O primeiro grupo mostrou um vídeo muito criativo feito na área da saúde. Foi com perplexidade que os presentes assistiram usuários dizendo que para ser assistente social basta ler e escrever e outras visões, no mínimo equivocadas, sobre a profissão. O segundo grupo mostrou um trabalho com gráficos apontando entrevistas realizadas com pessoas que circulam no Aeroporto Santos Dumont e na Central do Brasil. O resultado é que 25% dos entrevistados não fazem nenhuma idéia do trabalho do assistente social, 43% têm uma visão assistencialista da profissão, 14% percebem o profissional de acordo com a área que atuam, 7% possuem uma noção negativa da categoria e só 11% avaliam que é um profissional que procura solução para os problemas sociais. A conclusão dos tra-

balhos foi a de que o quadro não foi positivo e era preciso trabalhar para mudar esse cenário. Aliás, a mesma conclusão que o Conselho chegou ao término da série de reportagens. A assistente social Márcia Andréa elogiou essa iniciativa do Cress e disse que as reportagens foram tema de discussão em seu local de trabalho. Ela se mostrou decepcionada com a pouca participação da cate-



ria (veja box). Ela também sugeriu que se faça uma matéria com os profissionais para que eles próprios digam o que fazem.

A oficina trabalhou ainda com filipetas contendo várias declarações dos entrevistados da série para que se pudesse fazer análises sobre cada uma delas. Essa sistematização agilizou e acabou gerando um debate de qualidade. Uma das conclusões é de que a trajetória histórica do Serviço Social, explica, em parte, a imagem ligada ao assistencialismo que ainda persegue a profissão. Mas é preciso quebrar essa resistência e mostrar que o assistente social é o profissional que tem condições de defender o acesso aos direitos da população.

Hilda acredita que são os próprios assistentes sociais, junto com o Conselho, que vão priorizar e definir estratégias de visibilidade ao Serviço Social. Ela alerta que a defesa do exercício profissional está ligada ao aumento dessa visibilidade. Por isso, o Cress fez questão de abrir esse espaço, de forma democrática, para que todos pudessem contribuir.

O Que Fazemos Nós?

Márcia Andréa Carneiro de Souza - Assistente Social do Hospital Rocha Faria

Por mais que tenhamos nos indignado com as percepções, no mínimo, "equivocadas" acerca de nosso exercício profissional, veiculadas nas matérias sobre visibilidade nas últimas cinco edições do Práxis, ainda continuamos a demonstrar indiferença quanto à perspectiva de debate deste quadro. Paradoxo? Talvez, mas já estamos acostumados a ele, pois quando algum "estranho" tenta nos impor ou questionar sobre nosso desempenho, sabemos esbravejar corajosamente sobre o que não é nossa atuação. Mas quantas vezes esclarecemos o que nos é pertinente com a mesma garra e disposição? Vejo com clareza que as matérias citadas tocaram em nossa ferida, aberta há muito tempo, a qual insistimos em "tratar" com band-aid. Chego a sentir medo quando penso que, às vezes, até necessitamos mantê-la assim para podermos continuar na mediocridade de nossas omissões.

A categoria foi convidada a discutir e enfrentar a questão numa Oficina de Comunicação. Comparecemos eu e mais quatro colegas de profissão e indignação, incluindo uma professora universitária. Mas onde estavam todas as demais, que como nós, querem dar a resposta, discutir até encontrar caminhos a serem percorridos, analisar se estamos deixando espaço para tantos equívocos? Contudo, mais uma vez optamos pelo band-aid, pois estamos ocupadas demais com o que não é prioridade para nós. Nessa Oficina, foi apresentada uma pesquisa sobre o mesmo tema da matéria citada, realizada por alunas do 1º período de Serviço Social da UFRJ. Assisti aterrorizada as respostas dos entrevistados sobre o trabalho do assistente social. Pensei naquela frase: "se não fosse trágico, seria cômico", e você, cara colega indignada, talvez tivesse um infarto ao ver e ouvir os resultados.

E então, a quem culpar? Ao usuário que pensa ser somente necessário ler e escrever para ser assistente social? Ou nos arriscaríamos a trazer para nossa prática alguma responsabilidade? Eu gostaria imensamente de poder discutir este assunto com muitas, muitas colegas das mais diferentes áreas, incluindo também as universidades, na tentativa de transformar esta situação. Afinal, estamos todas num mesmo barco.

Meu desejo é que este texto desperte em nós um sentimento de inquietação, traduzido pelo desejo de analisar profundamente nossa prática diária, sem medo de, de repente, descobriremos que muitas de nós, infelizmente, não sabem qual é o nosso papel.